Prefeitura Municipal de Jari
"Terra de Lutas e Conquistas"
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
CNPJ: 01.609.402/0001-50 E-mail: pmjarirs@gmail.com
Rua Barão do Triunfo, nº 193 - CEP 98175-000 - Jari/RS - Fone/WhatsApp: (55) 32729127

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE JARI – RS

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS NA ORGANIZAÇÃO DO NATAL DA CRIANÇA

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

DIA 10/11/2026 às 8H30min (horário de Brasília-DF)

LOCAL:

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – ENDEREÇO ELETRÔNICO

https://www.portaldecompraspublicas.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

Requisitante Gabinete do Prefeito

Processo Administrativo nº 219/2026

Data da Sessão: 10 de novembro de 2026

Critério de julgamento: **menor preço global**

Modo de disputa: aberto

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Horário: 08h30min (horário de Brasília)

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARI, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por global, tenho por objetivo a **contratação de empresa para prestação de serviços diversos na organização do Natal da Criança**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 6.170, de 18 de junho de 2025.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **10 de novembro de 2026**, às 8h30min, **podendo as propostas serem enviadas até às 8h29min**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação para o fornecimento dos seguintes produtos, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3. Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.4. Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2.6. Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

3.3. 3.3. Outras eventuais **declarações complementares** à proposta e à habilitação**, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro**, deverão ser realizadas via sistema e encaminhadas no prazo máximo de 1(um) dia útil.

3.4. Quando solicitado pelo pregoeiro, via sistema, a licitante vencedora deverá enviar a proposta atualizada, **em até 2 (duas) horas**.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do **Anexo II – Modelo de Proposta Comercial**, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante vencedora deverá enviar os seguintes documentos, **em até 2 (duas) horas**, quando solicitado pelo pregoeiro:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o licitante for pessoa jurídica;

d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal da sede do licitante;

c) prova de regularidade relativo ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.4. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

a) declaração conjunta, conforme modelo **Anexo III**;

6. VEDAÇÕES

6.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na

licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R$ 100,00 (cem reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

8.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

9.2. A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 8 (oito) minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de

contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.

10.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de propostas, o licitante melhor classificado enviará a documentação de habilitação no prazo de **2 (duas) horas**.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.2. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.3. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.4. O beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que declarado vencedor, prazo que poderá ser

prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, será concedido o prazo previsto no item 12.1 para o envio da documentação de habilitação.

12.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.7. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua

motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato administrativo, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em **90 (noventa) dias**.

17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento dos equipamentos, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Gabinete do Prefeito

(09) 3.3.90.39.00.00.00.00.1500.0000.0500 Outros serviços PJ

17.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do período do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

18. RECEBIMENTO DO OBJETO

18.3. O serviço será prestado em evento Natal da Criança promovido pelo Gabinete do Prefeito, na data prevista de **09 de dezembro de 2026**, conforme nota de empenho e contrato administrativo.

18.2. O Evento se realizar-se-á no seguinte endereço: Ginásio Poliesportivo de Jari**, localizado na Rua Alfredo dos Santos, bairro Centro**.

18.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 19.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

19.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 19.2 do presente Edital.

19.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.6. A aplicação das sanções previstas no item 19.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.7. Na aplicação da sanção prevista no item 19.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 19.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 19.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do sistema: www.portaldecompraspublicas.com.br

20.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas junto ao sistema.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contrato.

21.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

21.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

21.4. Em caso de divergência entre o edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no edital.

21.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Tupanciretã/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

22. Integram o presente Edital, na forma de anexo, os seguintes documentos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de apresentação da Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo Declaração Conjunta;

Anexo IV – Minuta de Contrato Administrativo.

Jari-RS, 20 de Outubro de 2026.

Osnei Azeredo dos Santos

Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 219/2026

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

A PRESENTE CONTRATAÇÃO TEM POR OBJETO A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA NATALINA, FORNECIMENTO DE LANCHES E PRESENTES, LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE PARQUE DE BRINQUEDOS, ALÉM DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS, COMPREENDENDO 01 (UM) ATOR PROFISSIONAL PARA A PERFORMANCE DE PAPAI NOEL E 01 (UM) AJUDANTE CARACTERIZADO COMO DUENDE.

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
01	Painel temático (sublimado ou cortinado com estampa de lareira ou oficina de brinquedos, incluindo estrutura de fixação, poltrona clássica do papai noel (revestimento em veludo vermelho ou marrom com detalhes dourados) e 01 tapete felpudo decorativo (cor neutra ou vermelha para delimitação do espaço) trilho vermelho, arvore natalina medindo no mínimo 2m decorada, além kit com caixas de presentes cenográficas. (montagem e desmontagem)	01
02	Kit presente contendo 01 biscoito recheado sabor morango, chocolate ou doce de leite, 01 caixa de bombom peso líquido variando de 200 a 250 g contendo aproximadamente 15 unidades nas seguintes marcas lacta, nestle ou neugebauer, 01 bebida lactea uht sabor chocolate 200 ml ou suco garrafinha 200ml, 01 pipoca de milho doce 20g, embalados em papel de presente ou sacolas natalinas prontos para distribuição.	450
03	Prestação de serviço artística com a contratação de 01 ator profissional para performace de papai noel caracterizado com roupa de veludo completa (linha premium), barba natural ou postiça de alta qualidade, saco de presentes e excelente postura e interação com o público infantil e 01 ajudante de papai noel caracterizado como duende. Para recepção, sessão de fotos e interação. direta, entrega de presentes com o público infantil durante o evento "natal da criança" duração 3h.	1
04	Prestação de serviços de locação, transporte, montagem, monitoria e desmontagem de uma estrutura de praça de brinquedos para entretenimento infantil durante o evento "natal da criança", composta obrigatoriamente pelos seguintes equipamentos em perfeito estado de conservação, limpeza e pleno funcionamento: 01 (uma) mesa de pebolim (totó); 02 (duas) piscinas de bolinhas; 02 (duas) camas elásticas (pula-pula) 4m de altura 01 (um) chute a gol, 01 (um) tombo legal 01 tobogã inflável personagem no minimo 8 m de altura.	1
05	Fornecimento e distribuição de lanche para o evento "natal da criança" contendo: sanduíche de pão de forma (presunto/peito de peru e muçarela) embalado individualmente; picolé de frutas à base de água lacrado de fábrica; e refrigerante caçulinha 200 ml (coca-cola, antarctica ou equivalente) em dois sabores, sendo um sabor cola. Os itens devem seguir as normas da anvisa e ser servidos na temperatura ideal.	900
06	Climatizador com climatização evaporativa .	4

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da presente contratação repousa na necessidade imperiosa de dar cumprimento às diretrizes de bem-estar social, lazer comunitário e preservação das tradições culturais do Município no período natalino, servindo como ferramenta material direta para atingir o objetivo da Lei Municipal nº 3.016.

2.1. A realização deste evento festivo e assistencial atende ao interesse público ao promover a integração familiar e oferecer atividades recreativas gratuitas e seguras, voltadas prioritariamente à população infanto-juvenil local.

2.2. Em consonância com as regras de governança instituídas pela Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação encontra-se devidamente justificada quanto à sua tempestividade e planejamento, estando previamente alinhada ao Item nº 16 do Plano de Contratações Anual (PCA) do Município.

2.3. A opção metodológica por uma solução integrada sob o critério de julgamento por Menor Preço Global em lote único fundamenta-se na indissociabilidade das prestações que compõem o evento, englobando a organização temática, a infraestrutura do parque de brinquedos, o fornecimento de lanches e presentes, e as intervenções artísticas de Papai Noel e Duende.

2.4. A centralização do objeto em um único prestador especializado é técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, pois gera ganhos por economia de escala e elimina os severos riscos de incompatibilidade logística ou descompasso cronológico que decorreriam de contratações fracionadas. Ademais, essa modelagem confere maior eficiência administrativa ao otimizar e simplificar os atos de gestão e fiscalização contratual por parte do corpo técnico do Município.

2.5. Sob o aspecto temporal e geográfico, a contratação justifica-se pela necessidade de mobilização estruturada para o evento agendado para o dia 09/12/2026, com início às 14:00 horas, nas dependências do Ginásio Poliesportivo, exigindo-se que toda a infraestrutura, insumos e equipes estejam integralmente operacionais neste horário.

2.6. A limitação temporal imposta para a desmobilização completa e desimpedimento do próprio público até o dia 10/12/2026, às 10:00 horas, reforça a necessidade de um parceiro contratual com capacidade técnica e logística robusta.

2.7. Portanto, as exigências de estrita submissão aos parâmetros regulatórios da ABNT para os

brinquedos, da ANVISA para os alimentos e para os presentes distribuídos chancelam a viabilidade e a segurança jurídica da modelagem ora adotada neste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente solução consiste na contratação integrada de uma empresa especializada para planejar, coordenar, executar e desmobilizar um evento festivo e temático natalino em lote único, sob o critério de julgamento de Menor Preço Global.

3.1 O escopo unificado reúne o planejamento e a montagem da organização visual temática, a disponibilização e operação de infraestrutura recreativa segura composta por parque de brinquedos monitorados, o fornecimento logístico de lanches individuais, bebidas refrigeradas e picolés sob as normas sanitárias vigentes, o fornecimento de presentes certificados, além da prestação de serviços artísticos com performances profissionais dos personagens do Papai Noel e de seu Duende.

3.2. Essa abordagem visa centralizar a responsabilidade civil, técnica e administrativa em um único parceiro contratual, garantindo a perfeita harmonia e a execução simultânea de todas as frentes de atendimento no local e data estipulados.

3.3. A modelagem de lote único é fundamental para assegurar a sincronia cronológica indispensável ao sucesso das festividades, mitigando os riscos operacionais inerentes à coordenação de múltiplos fornecedores independentes. Financeiramente, a estratégia adotada maximiza a economicidade dos recursos públicos por meio da economia de escala gerada na disputa do preço global e reduz significativamente os custos e a complexidade dos atos de gestão e fiscalização contratual por parte do Município.

3.4. No plano institucional e social, o projeto se consolida como o instrumento material definitivo para atingir o objetivo da Lei Municipal nº 3.016, operacionalizando o planejamento estratégico previamente delimitado no Item nº 16 do Plano de Contratações Anual (PCA) e entregando à comunidade local um evento cultural estruturado, seguro e inteiramente gratuito.

3.5. Logisticamente, a execução de todas as estruturas e insumos deverá estar plenamente operacional no dia **09/12/2026**, com início impreterível às **14:00 horas,** nas dependências do Ginásio Poliesportivo, exigindo-se que a empresa disponha de capacidade técnica para gerenciar o fluxo de

público, manter o monitoramento preventivo de segurança dos brinquedos nos padrões da ABNT e realizar a distribuição ágil dos alimentos da ANVISA e presentes.

3.6. No tocante aos serviços artísticos, o ator profissional que interpretará o Papai Noel e seu ajudante caracterizado como Duende deverão apresentar-se com figurinos novos ou impecavelmente higienizados, sem rasgos, manchas ou desgastes, utilizando barba e acessórios realistas que preservem o lúdico infantil.

3.7. Os alimentos que compõem os lanches, incluindo as bebidas e os picolés, deverão estar acondicionados individualmente em embalagens hermeticamente fechadas, íntegras e adequadas para consumo imediato.

3.8. As bebidas e os picolés deverão ser transportados, armazenados e distribuídos obrigatoriamente resfriados e congelados, respectivamente, por meio de freezers, caixas térmicas e gelo em quantidade suficiente para garantir que cheguem e permaneçam perfeitamente gelados até o momento exato de sua entrega ao público, ostentando rótulos com datas de fabricação e validade visíveis nos termos da ANVISA.

3.9. O fornecimento de cada lembrança configurada estritamente na forma de kit presente embalado, contendo todos os itens descritos no edital, devendo o conjunto estar acondicionado em uma sacola natalina de papel de presente apropriada e pronta para distribuição imediata, apresentando um aspecto visualmente bonito e festivo finalizado com um laço.

3.9.1. A embalagem deverá ser de preferência transparente para permitir a verificação visual rápida e eficaz de que todos os itens exigidos estão presentes no interior da embalagem sem a necessidade de sua violação prévia, responsabilizando-se a empresa civil e criminalmente por qualquer vício ou defeito dos produtos fornecidos.

3.9.2. O encerramento do ciclo dar-se-á com a completa desmobilização das estruturas e o desimpedido do espaço público até o dia 10/12/2026, às 10:00 horas, incluindo a assunção integral dos custos e procedimentos voltados ao gerenciamento, recolhimento e destinação adequada dos resíduos sólidos recicláveis e orgânicos produzidos, o que confere ao projeto conformidade técnica, ambiental e sanitária absoluta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

No âmbito das qualificações exigidas para a execução do objeto, as licitantes deverão:

4.1. Comprovar sua aptidão técnica e operacional por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços compatíveis em características, prazos e complexidade com o lote único desta licitação.

4.2. Toda a infraestrutura do parque de brinquedos deverá atender rigorosamente às normas de segurança da ABNT aplicáveis, sendo obrigatória a entrega à fiscalização, antes do início das atividades no dia 09/12/2026, atestando a montagem segura, o aterramento e a estabilidade estrutural dos equipamentos.

4.3. Adicionalmente, a contratada deve disponibilizar permanentemente no mínimo um monitor treinado e uniformizado por brinquedo em operação, encarregado de orientar o fluxo de crianças e zelar pela integridade física dos usuários ao longo de todo o evento.

4.4. No tocante aos critérios sanitários e de qualidade dos insumos, o fornecimento de lanches, bebidas geladas e picolés deve cumprir integralmente as normas da ANVISA, sendo obrigatório que a empresa disponha de equipamentos de refrigeração e conservação térmica adequados e com autonomia para manter os produtos congelados e resfriados até o momento do consumo.

4.5. Os alimentos deverão estar acondicionados em embalagens individuais herméticas e transparentes que ostentem de forma legível os rótulos de fabricação, lote e prazo de validade.

4.6. O fornecimento de cada lembrança configurada estritamente na forma de kit presente embalado, contendo todos os itens descritos no edital, devendo o conjunto estar acondicionado em uma sacola natalina de papel de presente apropriada e pronta para distribuição imediata, apresentando um aspecto visualmente bonito e festivo finalizado com um laço.

4.7. A embalagem deverá ser de preferência transparente para permitir a verificação visual rápida e eficaz de que todos os itens exigidos estão presentes no interior da embalagem sem a necessidade de sua violação prévia, responsabilizando-se a empresa civil e criminalmente por qualquer vício ou defeito dos produtos fornecidos.

4.8. No que tange às diretrizes para a execução dos serviços artísticos, determina-se que o ator

profissional responsável pela performance de Papai Noel e seu ajudante caracterizado como Duende apresentem-se impreterivelmente nos horários estipulados pelo cronograma oficial municipal, utilizando figurinos impecavelmente limpos, higienizados, sem avarias e condizentes com a estética natalina clássica, incluindo barbas e acessórios realistas.

4.9. Os profissionais deverão manter conduta urbana, lúdica, cortês e respeitosa perante as famílias e o público-alvo assistido, ficando vedadas posturas inadequadas ou desvios de conduta.

4.9.1. Por fim, como compromisso de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, a contratada responderá civil e administrativamente pela limpeza contínua e pós-evento do Ginásio Poliesportivo, assumindo a obrigação integral de recolher, acondicionar e dar a destinação final adequada a todos os resíduos sólidos produzidos até o horário limite do dia 10/12/2026 às 10:00 horas.

5. DAS AMOSTRAS E DA DEMONSTRAÇÃO DOS ITENS

Após a fase de lances e antes da homologação do certame, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostras e realizar a demonstração dos itens solicitados, conforme as regras da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), visando comprovar a qualidade e a conformidade técnica com as exigências deste Termo de Referência.

A exigência desta fase restringe-se apenas ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, de modo a evitar custos desnecessários e ônus aos demais participantes do certame.

O licitante convocado terá o prazo máximo de 5 (cinco)] dias úteis, contados a partir da notificação oficial do Pregoeiro/Agente de Contratação, para apresentar ou demonstrar os seguintes itens do objeto:

a) Amostra dos Lanches: Deverá ser apresentada 01 (uma) unidade completa do lanche proposto (incluindo alimentos, bebidas e embalagem personalizada ou de transporte), para avaliação das condições de higiene, acondicionamento, prazo de validade e qualidade dos insumos.

- b) Amostra dos Presentes/Brindes: Deverá ser entregue 01 (uma) amostra física de cada tipo de presente a ser distribuído, para conferência de tamanho, material de fabricação, segurança infantil e acabamento.
- c) Portfólio/Ficha Técnica do Parque de Brinquedos: Apresentação da relação dos brinquedos infláveis/recreativos que serão instalados, acompanhada de fotos nítidas, dimensões e

comprovação de que os equipamentos atendem às normas de segurança vigentes.

• d) Comprovação de Figurinos Técnicos (Serviços Artísticos): Envio de fotografias em alta resoluçã o ou memorial descritivo das vestimentas e acessórios que serão utilizados pelo Papai Noel e pelo Duende, atestando o padrão estético, o realismo e o perfeito estado de conservação das roupas temáticas.

Todas as amostras de produtos deverão ser demonstradas sem qualquer custo para a Administração Pública na Prefeitura Municipal de Jari, nº 193 em dias 05 dias úteis, no horário das 08:00 às 17:00. A avaliação das amostras e dos documentos de demonstração será realizada por comissão técnica designada pela Contratante, que emitirá Parecer Técnico de Aceitabilidade em até 03 (três) dias úteis após o recebimento.

Caso as amostras ou os itens demonstrados pelo primeiro colocado sejam rejeitados por descumprimento das especificações deste Termo de Referência, o licitante será desclassificado, procedendo-se à convocação do licitante subsequente, respeitada a estrita ordem de classificação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

No que tange às obrigações decorrentes da infraestrutura recreativa e decorativa, a contratada assume a responsabilidade exclusiva, integral e intransferível pela montagem, operação segura e desmontagem de todo o parque de brinquedos e ambientação natalina nas dependências do Ginásio Poliesportivo.

6.1. É obrigação imperativa garantir que 100% dos brinquedos infláveis e mecânicos operem em perfeitas condições de conservação e limpeza, estando totalmente prontos e testados antes das 14:00 horas do dia 09/12/2026.

6.2. A empresa deverá alocar obrigatoriamente, por sua conta e risco, no mínimo um monitor devidamente treinado, uniformizado e identificado para cada equipamento, sendo sumariamente proibida a operação de qualquer brinquedo desacompanhado de seu respectivo monitor técnico.

6.3. Adicionalmente, todo e qualquer dano material, estético, moral ou físico causado ao patrimônio público ou à integridade dos usuários em decorrência de falha mecânica, elétrica ou de negligência na monitoria será de responsabilidade civil e financeira exclusiva da contratada, que responderá

integralmente por indenizações, custas médicas e reparações sem qualquer direito de regresso contra a Administração Pública.

6.4. No que concerne ao fornecimento de insumos alimentícios e bebidas, a contratada sujeita-se ao cumprimento rigoroso e incondicional das normas estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor. Todos os lanches, bebidas geladas e picolés deverão ser transportados, armazenados e distribuídos em compartimentos térmicos refrigerados ou congelados autônomos, sendo terminantemente vedada a entrega de produtos derretidos, em temperatura ambiente, com embalagens violadas, amassadas ou sem rotulagem. Cada unidade alimentícia deverá estar hermeticamente selada e ostentar de forma clara e visível a data de fabricação, o lote e o prazo de validade, ficando a fiscalização autorizada a rejeitar e confiscar o lote integral caso um único item apresente desconformidade.

6.5. Constitui obrigação rígida da contratada o fornecimento de cada lembrança configurada estritamente na forma de kit presente embalado, contendo todos os itens descritos no edital, devendo o conjunto estar acondicionado em uma sacola natalina de papel de presente apropriada e pronta para distribuição imediata, apresentando um aspecto visualmente bonito e festivo finalizado com um laço. A embalagem deverá ser de preferência transparente para permitir a verificação visual rápida e eficaz de que todos os itens exigidos estão presentes no interior da embalagem sem a necessidade de sua violação prévia, responsabilizando-se a empresa civil e criminalmente por qualquer vício ou defeito dos produtos fornecidos.

6.6. No âmbito das prestações artísticas e dos compromissos logístico-ambientais, a contratada obriga-se a disponibilizar um ator profissional para a performance de Papai Noel e um ajudante caracterizado como Duende que deverão estar integralmente prontos, caracterizados e posicionados para o atendimento ao público no horário exato das 14:00 horas do dia 09/12/2026. Constitui obrigação contratual intransigente que os referidos profissionais permaneçam no recinto e executem a performance artística de forma contínua, dedicada e ininterrupta pelo período exato de 03 (três) horas a partir do início do evento. Os figurinos deverão ser comprovadamente novos ou impecavelmente higienizados, sem quaisquer sinais de desgaste, manchas, rasgos ou odores, utilizando barbas e acessórios realistas de padrão profissional superior, mantendo uma conduta estritamente lúdica, cortês, urbana e protetiva com as crianças e familiares, sob pena de afastamento

imediato dos profissionais e aplicação de multas severas por quebra de decoro ou atraso.

6.7. Por fim, a empresa assume a obrigação irrevogável de manter a limpeza contínua do Ginásio Poliesportivo durante o evento e realizar a varrição completa, o recolhimento, o acondicionamento e a destinação final adequada de 100% dos resíduos sólidos gerados pelo evento. A desmobilização total das estruturas, a retirada dos equipamentos e a entrega do espaço público limpo e desimpedido deverão estar concluídas de forma impreterível até as 10:00 horas do dia 10/12/2026, ficando estabelecido que o descumprimento deste prazo ou o abandono de resíduos ensejará a aplicação de multa horária automática e a retenção cautelar dos pagamentos devidos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

No que concerne às obrigações administrativas e financeiras que competem à Prefeitura, o Município compromete-se a assegurar a total instrução e regularidade do processo antes e durante a realização do evento festivo. A Administração providenciará a indicação formal e expressa do gestor e do fiscal técnico do contrato, bem como de seus respectivos substitutos, os quais atuarão como canal direto de comunicação com a empresa vencedora para coordenar os fluxos de trabalho e sanar dúvidas operacionais. De igual modo, o órgão promotor do certame assume a obrigação irrevogável de efetuar a regular reserva orçamentária e emitir a respectiva nota de empenho prévio onerando a dotação específica decorrente da Lei Municipal nº 3.016, bem como realizar o pagamento devido à contratada nas condições, prazos e valores estabelecidos no edital, após a regular liquidação da despesa e atesto de conformidade emitido pela fiscalização.

No tocante ao suporte logístico e à infraestrutura local, o Município obriga-se a disponibilizar à contratada o espaço físico interno e externo do Ginásio Poliesportivo inteiramente desocupado, varrido e limpo para o início dos trabalhos de montagem da ambientação e do parque de brinquedos. A Administração garantirá o pleno funcionamento e o fornecimento contínuo de energia elétrica e pontos de energia compatíveis com a carga demandada pelos brinquedos infláveis e mecânicos fornecidos pela empresa, além de assegurar o livre acesso das equipes técnicas da contratada e de seus veículos de carga e descarga nos horários previamente ajustados. Adicionalmente, cabe à Prefeitura inspecionar previamente o local e repassar à empresa quaisquer orientações específicas sobre as normas de uso, conservação e restrições patrimoniais do complexo desportivo.

No que tange à segurança institucional e ao suporte comunitário, o Município articulará previamente com os órgãos de segurança pública, trânsito e saúde locais para garantir o policiamento preventivo, o controle do fluxo viário e o suporte médico de urgência nas imediações do ginásio no dia 09/12/2026, a partir das 14:00 horas.

Por fim, a contratante compromete-se a exercer o poder-dever de fiscalização de forma estrita, acompanhando a execução e a qualidade de todos os itens que serão prestados serviço pela empresa, notificando imediatamente a contratada sobre qualquer desconformidade para que seja sanada em tempo hábil.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O modelo de execução do objeto dar-se-á de forma integral pela contratada por meio de regime de execução indireta, competindo à empresa a assunção de todas as etapas operacionais, logísticas e gerenciais necessárias para a perfeita realização das festividades de Natal.

8.1. A fase preparatória iniciará previamente à data do evento, englobando o transporte seguro de todas as estruturas recreativas, insumos alimentícios e decorativos até o Ginásio Poliesportivo. A montagem completa da infraestrutura temática de Natal e a instalação dos brinquedos infláveis e mecânicos deverão ocorrer de forma planejada, com testes prévios de funcionamento, carga e segurança elétrica, garantindo que nenhum equipamento apresente riscos aos usuários ou atrasos no cronograma oficial.

8.2. A fase de execução propriamente dita ocorrerá de maneira concentrada e pontual no dia 09/12/2026, com início impreterível às 14:00 horas, momento em que toda a estrutura decorativa e o parque de brinquedos deverão estar plenamente operacionais. A distribuição das lembranças organizadas na forma de kit presente embalado na sacola transparente com laço, bem como o fornecimento dos lanches, bebidas geladas e picolés congelados, ocorrerá de forma ágil e contínua durante o evento por meio de profissionais treinados. Paralelamente, os serviços artísticos do ator profissional na performance de Papai Noel e de seu ajudante caracterizado como Duende serão prestados de forma lúdica e ininterrupta pelo período exato de 03 (três) horas a partir do horário de início estipulado, com monitoria constante em cada um dos brinquedos para ordenar o fluxo das crianças.

8.4. A fase pós-evento e de encerramento do ciclo de execução compreenderá as atividades de desmobilização logística e limpeza ambiental sob a inteira responsabilidade civil e financeira da empresa contratada. Imediatamente após o término das atividades festivas, a contratada deverá iniciar os procedimentos de esvaziamento, desmontagem e recolhimento de todas as estruturas e materiais decorativos do recinto desportivo. A empresa efetuará a varrição completa do espaço e o gerenciamento, acondicionamento e destinação final adequada de 100% dos resíduos sólidos e embalagens gerados, restando estabelecido que a desmobilização total e a entrega do Ginásio Poliesportivo limpo e desimpedido deverão estar obrigatoriamente concluídas até as 10:00 horas do dia 10/12/2026.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do item contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 5.026 de 03/01/2024, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do município de Jari/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo dos materiais e apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato;

A nota fiscal deverá estar em conformidade com a legislação tributária vigente e com os dados da Autorização de Fornecimento.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

A seleção da empresa especializada para a execução do objeto dar-se-á por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, adotando-se como critério de julgamento o Menor Preço Global para o lote único, em estrita observância aos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021. A escolha desta modalidade e critério justifica-se pela natureza de bem comum dos serviços e insumos pretendidos, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente

definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado. Por se tratar de adjudicação por preço global, a licitante deverá apresentar proposta unificada contendo a totalidade dos itens descritos, sendo vedada a participação, cotização ou adjudicação fragmentada de elementos isolados, garantindo a seleção da proposta economicamente mais vantajosa para o erário e o cumprimento das metas orçamentárias associadas à Lei Municipal nº 3.016.

11.1. Os critérios de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista seguirão rigorosamente os parâmetros estabelecidos no artigo 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, exigindo-se das participantes a comprovação de regularidade perante as Fazendas Públicas, a Seguridade Social, o FGTS e a Justiça do Trabalho, além da documentação que comprove a existência jurídica da empresa e a plena capacidade para contratar com a Administração Pública.

11.2. No tocante à qualificação econômica e financeira, as licitantes deverão demonstrar saúde financeira compatível com os riscos da contratação, por meio da apresentação de balanço patrimonial e certidões negativas de falência ou recuperação judicial, assegurando que a empresa vencedora possua robustez de caixa suficiente para adimplir com o transporte, armazenamento resfriado e congelado de alimentos e aquisição de materiais sem depender de aportes antecipados do Município.

11.3 A habilitação técnica exigirá das proponentes a comprovação de aptidão operacional para a gestão de eventos integrados, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços com características, prazos e complexidade compatíveis com o escopo deste lote único, incluindo infraestrutura recreativa e fornecimento logístico de insumos.

11.4. A seleção priorizará a conformidade absoluta das propostas com as exigências técnicas fixadas, restando desclassificadas aquelas que omitirem o fornecimento do kit presente embalado em sacola transparente com laço, que falharem em garantir a permanência mínima de 03 (três) horas das performances artísticas do Papai Noel e Duende no dia 09/12/2026 a partir das 14:00 horas, ou que não demonstrarem capacidade para concluir a desmobilização e limpeza do Ginásio Poliesportivo até as 10:00 horas do dia 10/12/2026.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R$ 49.294,50 (quarenta e nove mil**

duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos), conforme planilha abaixo:

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE	R$ TOTAL
01	Painel temático (sublimado ou cortinado com estampa de lareira ou oficina de brinquedos, incluindo estrutura de fixação, poltrona clássica do papai noel (revestimento em veludo vermelho ou marrom com detalhes dourados) e 01 tapete felpudo decorativo (cor neutra ou vermelha para delimitação do espaço) trilho vermelho, arvore natalina medindo no mínimo 2m decorada, além kit com caixas de presentes cenográficas. (montagem e desmontagem)	01	R$ 4.000,00
02	Kit presente contendo 01 biscoito recheado sabor morango, chocolate ou doce de leite, 01 caixa de bombom peso líquido variando de 200 a 250 g contendo aproximadamente 15 unidades nas seguintes marcas lacta, nestle ou neugebauer, 01 bebida lactea uht sabor chocolate 200 ml ou suco garrafinha 200ml, 01 pipoca de milho doce 20g, embalados em papel de presente ou sacolas natalinas prontos para distribuição.	450	R$ 14.998,50
03	Prestação de serviço artística com a contratação de 01 ator profissional para performace de papai noel caracterizado com roupa de veludo completa (linha premium), barba natural ou postiça de alta qualidade, saco de presentes e excelente postura e interação com o público infantil e 01 ajudante de papai noel caracterizado como duende. Para recepção, sessão de fotos e interação. direta, entrega de presentes com o público infantil durante o evento "natal da criança" duração 3h.	1	R$ 4.500,00
04	Prestação de serviços de locação, transporte, montagem, monitoria e desmontagem de uma estrutura de praça de brinquedos para entretenimento infantil durante o evento "natal da criança", composta obrigatoriamente pelos seguintes equipamentos em perfeito estado de conservação, limpeza e pleno funcionamento: 01 (uma) mesa de pebolim (totó); 02 (duas) piscinas de bolinhas; 02 (duas) camas elásticas (pula-pula) 4m de altura 01 (um) chute a gol, 01 (um) tombo legal 01 tobogã inflável personagem no minimo 8 m de altura.	1	R$ 8.800,00
05	Fornecimento e distribuição de lanche para o evento "natal da criança" contendo: sanduíche de pão de forma (presunto/peito de peru e muçarela) embalado individualmente; picolé de frutas à base de água lacrado de fábrica; e refrigerante caçulinha 200 ml (coca-cola, antarctica ou equivalente) em dois sabores, sendo um sabor cola. Os itens devem seguir as normas da anvisa e ser servidos na temperatura ideal.	900	R$ 12.996,00
06	Climatizador com climatização evaporativa .	4	R$ 4.000,00
TOTAL			**49.294,50**

ANEXO II

MODELO PROPOSTA FINANCEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 219/2026

FORNECEDOR:			
CNPJ:			
ENDEREÇO:			
CIDADE/ESTADO:		**CEP:**	
TELEFONE:		**EMAIL:**	
REPRESENTANTE LEGAL:		**CPF:**	
BANCO-AGÊNCIA-CONTA:			

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos itens abaixo discriminados, conforme Tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	R$ UN	R$ TOTAL
1	LOCAÇÃO PAINEL TEMÁTICO (SUBLIMADO OU CORTINADO COM ESTAMPA DE LAREIRA OU OFICINA DE BRINQUEDOS, INCLUINDO ESTRUTURA DE FIXAÇÃO, POLTRONA CLÁSSICA DO PAPAI NOEL (REVESTIMENTO EM VELUDO VERMELHO OU MARROM COM DETALHES DOURADOS) E 01 TAPETE FELPUDO DECORATIVO (COR NEUTRA OU VERMELHA PARA DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO) TRILHO VERMELHO, ARVORE NATALINA MEDINDO NO MÍNIMO 2M DECORADA, ALÉM KIT COM CAIXAS DE PRESENTES CENOGRÁFICAS. (MONTAGEM E DESMONTAGEM)	UN		1		
2	KIT PRESENTE CONTENDO 01 BISCOITO RECHEADO SABOR MORANGO, CHOCOLATE OU DOCE DE LEITE, 01 CAIXA DE BOMBOM PESO LÍQUIDO VARIANDO DE 200 A 250 G CONTENDO APROXIMADAMENTE 15 UNIDADES NAS SEGUINTES MARCAS LACTA, NESTLE OU NEUGEBAUER, 01	UN		450		

	BEBIDA LACTEA UHT SABOR CHOCOLATE 200 ML OU SUCO GARRAFINHA 200ML, 01PIPOCA DEMILHO DOCE 20G EMBALADOS EM PAPEL DE PRESENTE OU SACOLAS NATALINAS PRONTOS PARA DISTRIBUIÇÃO.					
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ARTÍSTICA COM A CONTRATAÇÃO DE 01 ATOR PROFISSIONAL PARA PERFORMACE DE PAPAI NOEL CARACTERIZADO COM ROUPA DE VELUDO COMPLETA (LINHA PREMIUM), BARBA NATURAL OU POSTIÇA DE ALTA QUALIDADE, SACO DE PRESENTES E EXCELENTE POSTURA E INTERAÇÃO COM O PÚBLICO INFANTIL E 01 AJUDANTE DE PAPAI NOEL CARACTERIZADO COMO DUENDE. PARA RECEPÇÃO, SESSÃO DE FOTOS E INTERAÇÃO DIRETA, ENTREGA DE PRESENTES COM O PÚBLICO INFANTIL DURANTE O EVENTO "NATAL DA CRIANÇA" DURAÇÃO 3H.	UN		1		
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM, MONITORIA E DESMONTAGEM DE UMA ESTRUTURA DE PRAÇA DE BRINQUEDOS PARA ENTRETENIMENTO INFANTIL DURANTE O EVENTO "NATAL DA CRIANÇA", COMPOSTA OBRIGATORIAMENTE PELOS SEGUINTES EQUIPAMENTOS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E PLENO FUNCIONAMENTO: 01 (UMA) MESA DE PEBOLIM (TOTÓ); 02 (DUAS) PISCINAS DE BOLINHAS; 02 (DUAS) CAMAS ELÁSTICAS (PULA-PULA) 4M DE ALTURA 01 (UM) CHUTE A GOL, 01 (UM) TOMBO LEGAL 01 TOBOGÃ INFLÁVEL PERSONAGEM NO MINIMO 8 M DE ALTURA.	UN		1		
5	FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE LANCHE PARA O EVENTO "NATAL DA CRIANÇA" CONTENDO: SANDUÍCHE DE PÃO DE FORMA (PRESUNTO/PEITO DE PERU E MUÇARELA) EMBALADO INDIVIDUALMENTE; PICOLÉ DE FRUTAS À BASE DE ÁGUA LACRADO	UN		900		

	DE FÁBRICA; E REFRIGERANTE CAÇULINHA 200 ML (COCA-COLA, ANTARCTICA OU EQUIVALENTE) EM DOIS SABORES, SENDO UM SABOR COLA. OS ITENS DEVEM SEGUIR AS NORMAS DA ANVISA E SER SERVIDOS NA TEMPERATURA IDEAL.					
6	LOCAÇÃO CLIMATIZADOR COM CLIMATIZAÇÃO EVAPORATIVA	UN		4		
TOTAL						**R$**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação. A proposta terá validade de ____ (_____) dias (prazo definido no Edital), a partir da data de abertura do Pregão.

O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da contratada, incidentes sobre o fornecimento, para a perfeita entrega do objeto ora licitado no município de Jari.

A proponente declara que possui todas as condições para a entrega do objeto ofertado no presente Procedimento Licitatório, tão logo seja homologado o presente processo licitatório.

_____, ___, de _____ de 2026.

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 219/2026

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, e para fins de contratação com o município Jari, que:

1) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) que conhecemos as especificações do objeto, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

4) que cumprimos com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5) para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr. (a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

6) que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

7) que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

8) que esta empresa possui todas as condições para a execução dos serviços ofertados no presente Procedimento Licitatório, tão logo seja solicitado;

_____, ___ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 219/2026

MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº __

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de 20__, de um lado o Município de Jari, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.609.402/0001-50 com sede na Rua Barão do Triunfo, nº 193, bairro Centro, cidade de Jari, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Osnei dos Santos Azeredo, brasileiro, maior, residente e domiciliado na Rua Silveira Martins, nº 318, Município de Jari, Estado do Rio Grande do Sul, portador do CPF nº 947.329.650-91 e Carteira de Identidade nº 5061580402, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua/Av. _____, nº ___, bairro _____, cidade de _____, Estado do _____, neste ato representado pelo seu diretor, Sr. (Sra.) _____, brasileiro(a), maior, residente e domiciliado(a) na Rua/Av. _____, nº ___, Município de _____, Estado do _____, portador(a) do CPF nº _____ e Carteira de Identidade nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** através do edital de licitação de Pregão Eletrônico nº XX/XXXX e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de XX/XX/XXX, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto **contratação de empresa para prestação de serviços diversos na realização do Natal da Criança**, pela **CONTRATADA**, conforme proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA E LOCAL DO PAGAMENTO

3.1. A **CONTRATADA** prestará os serviços em evento Natal da Criança promovido pelo Gabinete do Prefeito, na data prevista de **09 de dezembro de 2026**, conforme contrato emitida pelo **CONTRATANTE**.

3.2. O Evento realizar-se-á no seguinte endereço: Ginásio Poliesportivo de Jari**, localizado na Rua Alfredo dos Santos, bairro Centro.**

3.3. O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, tendo como prazo inicial dia [...] e prazo final dia [...].

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

O preço a ser pago pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de R$ [...], conforme a proposta da **CONTRATADA** vencedora da licitação.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento correrá em até 10 (dez) dias contados da apresentação da nota fiscal. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Gabinete do Prefeito

(09) 3.3.90.39.00.00.00.00.1500.0000.0500 Outros serviços PJ

CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do período do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados **pro rata die**, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTAMENTO

Os valores relativos aos objetos contratados serão reajustados a contar da data-base vinculada à data do orçamento estimado, de [...], mediante utilização Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do período do período.

CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

9.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.

9.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

9.4. Dentro do prazo previsto no item **9.3.**, o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCO

Os ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação serão alocados de acordo com o Mapa de Riscos anexo ao processo de licitação pregão eletrônico nº XX/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11. São obrigações do **CONTRATANTE**:

11.1. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, conforme definido neste contrato.

11.2. Assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.

11.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

11.4. Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12. São obrigações da **CONTRATADA**:

12.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.

12.2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

12.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

12.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

12.5. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

12.6. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

12.7. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras do Decreto Municipal nº 5.026, de 03/01/2024, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Jari, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

13.2. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. Os objetos do presente contrato serão recebidos:

14.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo **CONTRATANTE**, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 2 (dois) dias da entrega do objeto, pela **CONTRATADA**, mediante recibo.

14.1.2. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 3 (três) dias do recebimento provisório.

14.2. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a **CONTRATADA** de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA DO OBJETO

15.1. A **CONTRATADA** se responsabilizará pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento definitivo do objeto pelo **CONTRATANTE** em relação a vícios, inclusive ocultos, defeitos ou incorreções identificadas, ficando responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias.

15.2. A **CONTRATADA** se responsabilizará pela manutenção e assistência técnica do equipamento, durante o prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PENALIDADES

16.1. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades:

16.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

16.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

16.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

16.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.

16.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

16.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

16.1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

16.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

16.1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:

16.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

16.1.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

16.1.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

16.1.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

16.1.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

16.2.2. As peculiaridades do caso concreto.

16.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

16.2.4. Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

16.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à **CONTRATADA** defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

16.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo **CONTRATANTE** composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias

úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

17. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

17.1. A extinção do contrato poderá ser:

17.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

17.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18. As partes elegem o foro da Comarca de Tupanciretã/RS para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Jari, XX de XXXXX de 2026.

CONTRATANTE

Prefeito do Município de Jari

CONTRATADA

Representante legal